

editorial

Na segunda edição de 2017, a *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa* publica quatro artigos de investigação original abordando temas cruciais de administração pública na atualidade – avaliação de projetos de investimento público, sobretudo dos grandes empreendimentos onde os desvios orçamentais são frequentes, e governação eletrónica de cidades – e na gestão empresarial – fuga ao fisco e desempenho de empresas familiares.

A questão da avaliação *ex ante* e *a posteriori* dos projetos de investimento público é um elemento central da boa administração pública. No artigo que publicamos a abrir esta edição, a partir de um caso português no sector dos resíduos urbanos, a investigação procurou identificar as causas que conduzem a erros sucessivos nos processos prévios de análise técnico-económica dos projetos. Os autores propõem a criação de uma entidade que atue com carácter preventivo, avaliando *ex ante* os processos de análise, e sugerem que a avaliação *a posteriori* se torne uma boa prática.

Frequentemente, a divergência entre as estratégias de imagem das empresas e a sua prática é moeda comum. No estudo que se publica, os autores procuram avaliar se as empresas que se atêm a práticas de responsabilidade social corporativa (RSC) não desenvolvem políticas de fuga ao fisco. A partir de uma amostra de 54 empresas brasileiras entre 2010 e 2014, verifica-se que as firmas com RSC realizam *menos* elisão fiscal.

Um estudo comparado entre empresas familiares brasileiras e portuguesas, abrangendo uma amostra de 91 firmas, revela que o recurso ao endividamento junto de terceiros e o desempenho económico são distintos nos dois países.

Finalmente, num estudo realizado em cidades do Brasil e dos EUA, propõe-se um modelo original de inovação e otimização da gestão pública municipal, baseado na governação eletrónica – no *e-Gov*.



Luís Antero Reto
Diretor
luis.reto@iscte.pt

«Esta edição publica investigação original abordando temas cruciais de administração pública na atualidade – avaliação de projetos de investimento público, sobretudo dos grandes empreendimentos onde os desvios orçamentais são frequentes, e governação eletrónica de cidades – e na gestão empresarial – fuga ao fisco e desempenho de empresas familiares.»



Bianor Scelza Cavalcanti
Diretor
bianor@fgv.br